



CONSELHO ESCOLAR COMO BASE PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Maria das Graças de Oliveira Pereira¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
E-mail: mary_ta_oliveira@hotmail.com

Francisca Janicleide de Oliveira Pereira²

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
E-mail: janitn@hotmail.com

Hildevânia da Silva Monte³

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
hilda-monte02@hotmail.com

Cristiane de Fátima Costa Freire⁴

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
crisnenem8@hotmail.com

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo, apresentar uma discussão teórica a respeito do Conselho Escolar. Este que tem como representantes segmentos do âmbito escolar: alunos, professores, pais, direção e sujeitos da sociedade em geral, criado com fim de vivenciar a realidade de uma prática de gestão democrática e discutindo questões educativas no âmbito político e pedagógico. O presente estudo, é fruto de resultados alcançados após a conclusão do curso de Extensão em Formação Continuada em Conselho Escolar na modalidade a Distância que nos fez refletir a respeito de algumas questões, tais como: O que é Conselho Escolar? Quais suas atribuições? Para isso, elencamos algumas referências que nos ajudou neste percurso: Silva e Neto (2007), Brasil (2004), a Marinheiro (2014) entre outros. Como procedimentos metodológicos adotados temos uma pesquisa de cunho bibliográfico, qualitativa e descritivo construída após a conclusão do curso de aperfeiçoamento Extensão em Formação Continuada em Conselho Escolar na modalidade a Distância realizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem –AVA. Compreende-se assim, que a educação recebida no seio escolar deve ser pensada em conjunto por meio de um Conselho Escolar arquitetado em um espaço que deve ser propício a sistematização de conhecimentos e saberes, os quais são e estão repletos de pluralidades culturais, já que é justamente no espaço escolar que a democratização realmente se efetiva e que os membros põem a sua autonomia em prática. Neste sentido, o planejamento se destaca como um procedimento importante para as mudanças dos moldes de repassar a aprendizagem e torna-la mais significativa de forma que colabore com a autonomia do aluno.

Palavras Chave: Conselho Escolar, suporte didático-pedagógico e gestão democrática.

INTRODUÇÃO

O Conselho Escolar se constitui como um importante elemento de suporte didático-pedagógico que ajuda a compreender a gestão democrática da escola, um instrumento que supõe o compartilhamento de poder. O que é relatado por Silva e Neto (2007, p. 20) “[...] o Conselho vai assumir um papel muito mais de responsável por homologar decisões do que por discutir e

promover modificações e de definir prioridades quanto à aplicação e fiscalização dos recursos da instituição”.

Nesse sentido, somos levados a conhecermos um pouco mais sobre o Conselho Escolar. Uma vez que temos como objetivos realizar uma discussão sobre o conselho no acompanhamento de práticas de ensino.

Para isso, elencamos algumas referências que nos ajudou neste percurso, tal como: Silva e Neto (2007), Brasil (2004), a Marinheiro (2014) entre outros. O trabalho apresenta-se organizado da seguinte forma: resumo (parte anteriormente já descrita), introdução, metodologia, discursão e resultados, conclusão e referências.

METODOLOGIA

O trabalho, surgiu após a conclusão do curso de Extensão em Formação Continuada em Conselho Escolar na modalidade a Distância ao qual nos inquietou sobre a necessidade de realizar um pequeno debate sobre o que é Conselho Escolar? Quais suas atribuições? Com propósito de discorrermos um pouco sobre ele.

Para isso, realizamos inicialmente a leitura de todo o material didático do curso ao qual tinha uma carga horária de 100 horas/aulas, acompanhado da resolução de debates em fóruns (mediados pela professora formadora) e a resolução de atividades de envio de arquivos que se baseavam em propostas de intervenção para as questões problemas levantados sobre a temática em estudo. Nesse sentido, nos baseamos em uma pesquisa de natureza bibliográfica “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]” (GIL, 1999, p.65), com tipologia de estudo qualitativo e descritivo.

DISCURSÃO TEÓRICA E RESULTADOS

CONSELHO ESCOLAR E SUAS DEFINIÇÕES

O Conselho Escolar segundo BRASIL (2004) não tem uma data precisa no que diz respeito à origem e natureza dos conselhos, assim pode-se dizer que se perdeu no tempo por se confundir por meio dos relatos históricos, a qual conforme BRASIL (p. 2004, 34- 35) define-se como:

Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã.

O que se pode dizer, todavia, é que o conselho, é composto por membros do âmbito da própria escola, seja funcionários, alunos, pais e até mesmo pessoas da sociedade em geral, que se engajam na expectativa de agregar mudanças à escola. É por meio do conselho que podemos caminhar para a construção de uma participação democrática que valorize os aspectos essenciais no diálogo instituição e sujeitos sociais.

Assim sendo, “o conselho escolar deve ser o espaço onde se discutem as questões educativas e seus desdobramentos na prática político-pedagógica da escola. Nesse sentido, os conselhos escolares têm as seguintes funções: deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora.” (OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, 2008, p. 2). É por meio do conselho que se decide os rumos de questões educacionais, tomando por base as políticas pedagógicas desenvolvidas na escola.

A respeito de suas funções, (Oliveira, Moraes e Dourado 2008) determina quatro, já descritas acima, classificando as funções deliberativas como aquelas responsáveis por encaminhar problemas e garantir a elaboração de normas que possam garantir o funcionamento regular das escolas; as funções consultivas versam mais pelo lado de assessoramento tomando por base aos diversos segmentos da escola a caminho de mudanças; as funções fiscais que também podem ser denominadas de acompanhamento e avaliação que visam acompanhar o processo de execução das ações pedagógicas, administrativas e também financeiras para garantir a qualidade social do cotidiano escolar. Por fim, a função mobilizadora que propõem a participação de forma integrada dos demais segmentos que formam o corpo da escola, contribuintes da democracia.

Quanto as suas atribuições (Oliveira, Moraes e Dourado, 2008, p. 4) identifica:

- elaborar o regimento interno do conselho escolar.
- coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do regimento escolar
- convocar assembleias-gerais da comunidade escolar ou de seus segmentos.
- garantir a participação das comunidades escolar e local na definição do Projeto



Político-Pedagógico da unidade escolar.

- promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorizem a cultura da comunidade local.
- propor e coordenar alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, dentre outros aspectos, do aproveitamento significativo do tempo e dos espaços pedagógicos na escola.
- propor e coordenar discussões junto aos segmentos e votar as alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitada a legislação vigente.
- participar da elaboração do calendário escolar, no que competir à unidade escolar, observada a legislação vigente.
- acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono escolar, aprovação, aprendizagem, entre outros), propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e/ou medidas socioeducativas, visando à melhoria da qualidade social da educação escolar.
- elaborar o plano de formação continuada dos conselheiros escolares, visando a ampliar a qualificação de sua atuação.
- aprovar o plano administrativo anual, elaborado pela direção da escola, sobre a programação e a aplicação de recursos financeiros, promovendo alterações, se for o caso.
- fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar.
- promover relações de cooperação e intercâmbio com outros conselhos escolares.

Dessa forma, percebemos que o Conselho Escolar tem muito a contribuir com a educação, participando das decisões, intervindo em situações, aprovando e fiscalizando ações administrativas. Além de observar as políticas educacionais, o Plano Político Pedagógico e elencando resoluções para diversas situações.

CONSELHO ESCOLAR E SUAS FUNCIONALIDADES

A realidade do Conselho Escolar atual em diversas escolas se revela por meio de uma falta de comprometimento eficaz que verse sobre com as situações de indisciplina dos alunos, pois mesmo sabendo da existência do conselho, ele se configura apenas documentalente. Uma vez que na prática não servem para amenizar os problemas existentes. Ou seja, não funcionam como mecanismo de ajuda que a escola de modo geral enfrenta.

Isso ocorre talvez por conta que a Gestão Democrática nas escolas é algo muito novo, uma espécie de engatilhamento, na esperança de que a prática democrática participativa seja um passo importante no processo histórico nas escolas. O que se deve fazer é dá tempo para que tudo caminhe como deve.

Ainda existe o fato de que, apesar de ser de grande relevância as tarefas desenvolvidas pelo Conselho Escolar (para os conselhos que realmente funcionam), nem todas as instituições possuem um órgão ativo e pouco se faz para torná-lo ativo, tendo em vista as diversas contribuições que estes podem vim a oferecer diante toda a escola. Daí, a necessidade de todas as escolas contarem com um conselho ativo e preocupado com as questões locais, estabelecendo um elo entre a escola e a comunidade escolar, estes que devem se unirem com propósito de analisar, discutir e procurar estabelecer soluções para os problemas enfrentados pela escola, ao qual visa a construção de uma importante rede de apoio em prol da qualidade da ação educativa, propiciando a abertura de espaços para formação humana e política, ouvindo a opinião dos alunos nos encontros destinados.

Quanto a sua função política e pedagógica posta se revela em sua parcela de construção e participação em prol de um exercício conjunto para conseguir formar um colegiado escolar. Assim, o olhar cuidadoso, diferenciado e acima de tudo preocupado com as transformações dos espaços coletivos, desempenham um importante papel neste processo, de forma que todos possam contribuir em prol da construção da aprendizagem.

Nesse sentido, a contribuição do Conselho Escolar, se revela por meio da discussão de questões meramente teóricas e práticas que levem para a efetivação de novos pensamentos e acima de tudo mudanças para a proposta do Projeto Político Pedagógico em busca de uma gestão democrática.

Importante salientarmos que além decisões tomadas pelo Conselho, segundo Silva e Neto (2007, p. 24):

[...] o Conselho é responsável por informar a todos sobre o que foi decidido pelos conselheiros, por esse motivo, ao invés de se reunir apenas quando achar que surgiu uma necessidade, é importante que se reúna também para informar aos demais componentes da instituição escolar sobre que ações estão sendo desenvolvidas pelo Conselho da referida escola.

Ou seja, o conselho é um suporte fornecido à educação com objetivo de caminhar para alcançar bons resultados, iniciando pela reformulação nas práticas de formação. Inserindo a família e comunidade escolar em diálogo com a Lei de Diretrizes de Bases-LDB que tem por meta adequar as todas as esferas sociais da educação.

Marinheiro (2014, p. 7) delimita que:

Esse programa visa estimular e consolidar os Conselhos Escolares já existentes em muitas escolas do país, ou cria-los naquelas onde não se façam presentes. Nesse cenário, pensar a articulação entre a democratização da gestão, a autonomia da escola e os Conselhos Escolares é fundamental.

O conselho é um instrumento que desmistifica os problemas escolares e visa à construção democrática da escola com possibilidades de participação coletiva, ou seja, a garantia de mecanismos e condições de espaços de participação, ampliando o poder de decisões.

COMPREENDENDO A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA EDUCATIVA NA ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico pode agir de forma a unir os sujeitos que constituem o Conselho Escolar e as ideias postas no projeto, para assim começar a agir realmente, verificando o que propõe o Projeto Político Pedagógico para intervir na diminuição dos índices de interdisciplinaridade que encontramos diante do ambiente escolar. Não adianta apenas ter Conselho Escolar, projetos escolares ou membros, se não juntamos estes três aspectos para intervir no problema mais frequente no ambiente escolar que até hoje interfere nos índices de aprendizagem.

Projeto Político Pedagógico e Conselho Escolar podem juntos contribuir para o desenvolvimento da tolerância e para a superação da opressão ideológica, de modo que o respeito e a valorização do saber e da cultura dos estudantes e da comunidade que seja praticado no interior da escola. Uma vez que ele pode auxiliar no sentido de instruir o educando para saber tolerar as desigualdades. E que desta maneira, considere as ideologias existentes, valorizando as variedades de cultura, pensamentos que regem o ambiente escolar.

É notório assim, salientarmos que a educação fornecida fora do seio escolar também deve ser valorizada e respeitada, tendo em vista que são estes os saberes que norteiam o ensino. Daí provem a importância da realização do conhecimento popular, do conhecimento advindo da sociedade com o conhecimento sistematizado. Assim, o Conselho Escolar passa a ser configurado como um espaço em que deve ser procurado sistematizar esses conhecimentos, saberes e que estão repletos de pluralidades culturais, já que é justamente no espaço escolar que a democratização realmente se efetiva e que os membros põem a sua autonomia em prática.

VALORIZAÇÃO DO SABER E DA CULTURA

Se compararmos o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da própria comunidade diante o a relação do Conselho Escolar é possível levantar alguns pontos importantes em relação a escola, pois é evidente que a prática de educação vivencia casos de ensino que refletem a presença da cultura do estudante dentro do seu contexto escolar, ela precisa ser mediada pelo mestre explicador no sentido de não supervalorizar uma cultura e esquecer outra em decorrência daquilo que é maioria em sala de aula. Além disso, falar de cultura é relacionar o conhecimento popular com o conhecimento sistematizado.

O aluno tem que ser levado a reconhecer que a cultura ao qual ele vive não é passo para ser melhor ou pior do que outra pessoa, mas que deve ser aspecto a ser respeitado e posto em prática como elemento de relevante importância.

Contudo, é importante salientar que ele é um ser que além de esta inserido no ambiente escolar é membro de uma sociedade e que nesta sofre interferências e é justamente neste momento em que o Conselho Escolar deve entrar em "cena" para instruir, mediar os educandos ao mundo do conhecimento e valorização das igualdades, da cultura e da valorização do saber da comunidade, porque o que é visto é que o Conselho não faz intervenção nenhuma nestes aspectos, apenas esta ali e mal se reuni para discutir problemas educacionais vivenciados pelos professores.

Daí nos pergunta-se para que existe um conselho? Para que está posto em documentos? É notório que alunos passam a valorizar uma cultura, um saber, um conhecimento por considerar melhor, mais novo ou então mais importante e passam a desvalorizar outro, passando assim a começar a surgir os problemas relacionados a: preconceito, desigualdade de gêneros, de pensamentos ideológicos e principalmente de saberes, necessitando do papel ativo do conselho no sentido de amenizar as diversidades existentes. O que se é visível o papel significativo diante a identificação de fatores de sua ação pedagógica, incluída no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Escolar é o corresponsável pela valorização do saber provindo do estudante, como também pela construção coletiva de valorização. Quanto a sua prática de aproveitar o tempo em benefício de ações concretas, é necessário este conjunto de pensamento: o que mais está acontecendo de desvios da conduta de um bom aluno o que se precisa melhorar na educação destes alunos, para amenizar problemas de falta de atenção, conseguir melhoras significativas em relação a aprendizagem e a própria participação dos pais na aprendizagem destes alunos e o conselho é criado no intuito de amenizar estes problemas, pois procura estabelecer metas de fortalecimento de práticas que por algum motivo enfrentam problemas.

Para isso, pode ser reservado um tempo no planejamento dos professores, para pensar em conjunto com o conselho e agir em consonância, aproveitando o tempo e encaminhando para as mudanças dos moldes de repassar a aprendizagem, tendo em vista que educar não é apenas repassar conteúdos didáticos, mas direcionar adequadamente este profissional para o caminho da educação para o mundo e não apenas para a aprovação, ou seja para uma aprendizagem mais significativa. Por saber do papel importante desempenhado pelo conselho como redimensionador de práticas pedagógicas que dialogam com a autonomia do aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Conselhos Escolares: Uma Estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública. Ministério da Educação- Secretaria de Educação Básica. Brasília-DF,2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf>. Acesso em 08 em novembro de 2016.

BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Conselhos Escolares: Democratização da Escola e Construção da Cidadania. Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf>. Acesso em 08 em novembro de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARINHEIRO, Edwylson de Lima. **Gestão democrática e conselho escolar nas unidades escolares da rede municipal de Londrina**. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/498-0.pdf> Acesso em 08 em novembro de 2016.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Conversando um pouco mais sobre o conselho escolar**. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/498-0.pdf>. Acesso em 09 em novembro de 2016.



VI Semana de
Estudos,
Teorias e
Práticas Educativas

VI SETEPE

SILVA, Pâmela Kassidy de Oliveira; NETO, Antônio Cabral. **O conselho escolar como uma estratégia de gestão democrática.** Publica III. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/hp-PC/Downloads/102-179-1-PB.pdf>. Acesso em 08 em novembro de 2016.